

RELAÇÃO BRASIL-EUA

Itamaraty em alerta com recados à AL e ao Brasil

Reação do presidente norte-americano de que há dependência, e não reciprocidade entre os países, leva a diplomacia a adotar cautela sobre as medidas de Washington

» ISRAEL MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

João Risi/SEAUD/PR



O presidente Trump pode falar o que quiser. Ele é presidente eleito dos Estados Unidos. E vamos analisar cada passo das decisões que forem tomadas pelo novo governo. Acredito que, como somos um povo que tem fé na vida, tudo vai dar certo sempre. Vamos trabalhar e apoiar não as nossas divergências, mas as nossas convergências, que são muitas"

Embaixadora Maria Laura da Rocha, ministra interina das Relações Internacionais

Brasília (UnB), considera que a afirmação de Trump sobre os EUA não dependerem do Brasil um sinal de desconhecimento. Ele ressalta que os norte-americanos têm interesse em frear a influência comercial da China no continente e que dificultar as

relações com os países latino-americanos seria um erro estratégico. Para ele, a diplomacia brasileira tem sido cautelosa e assim deve continuar.

"Trump tem três grandes temas na política internacional: o primeiro é a guerra na Ucrânia;

o segundo, é o Oriente Médio; e o terceiro é a China. Então, isso vai consumir muita energia dos Estados Unidos", disse Menezes.

O professor lembrou que, mesmo no governo Trump, o Brasil continuou no acordo do Sistema Geral de Preferências (SGP) com os EUA — que concede benefícios tarifários a países do Hemisfério Sul que exportam para países do Hemisfério Norte.

Menezes, porém, observa que a preocupação para o Ministério das Relações Exteriores (MRE) é que Trump comece o segundo mandato mais experiente e terá os meios para retaliar adversários. "Esse Trump que vem aí conhece a máquina dos EUA. Não é o Trump do primeiro mandato, é o que sabe onde estão todos os botões e conhece as pessoas que sabem apertá-los. É isso o que preocupa mais as lideranças globais e o governo do Brasil", afirmou.

Ida às próprias custas, mas longe da posse

Reprodução/Instagram de Eduardo Bolsonaro



Michelle e Eduardo foram somente ao jantar de gala do presidente

Os parlamentares bolsonaristas que tentaram participar da posse do presidente Donald Trump, na segunda-feira, pagaram tudo do próprio bolso. A afirmação é da Câmara dos Deputados, que autorizou a ida do grupo a Washington. Dos 16, 12 são do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na comitiva, também há integrantes do Novo, do União Brasil e do Republicanos.

"Houve, com efeito, solicitação de viagem oficial aos Estados Unidos, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, dia 20 de janeiro de 2025. A missão foi autorizada pela Câmara dos Deputados, sem quaisquer ônus adicionais para a Casa e em conformidade com os atos normativos que disciplinam o assunto", assegura a Câmara, em resposta a um pedido do **Correio** com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Cada passagem de ida e volta a Washington custa, nesta semana, aproximadamente R\$ 4 mil, sem considerar hospedagem e alimentação. Os deputados, porém, não conseguiram fazer parte da cerimônia de posse

de Trump e tiveram de acompanhá-la pela tevê ou pela internet. Sob neve e em uma temperatura que alcançou os -10°C, alguns congressistas publicaram fotos e vídeos nas ruas ao lado de apoiadores do presidente.

Houve, porém, quem participou de jantares e encontros com apoiadores de Trump. Como o

deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que esteve no jantar de gala oferecido pelo presidente — ao lado da ex-primeira-dama Michelle. No evento, encontrou-se com Donald Trump Jr. e tiraram fotos.

"Devido à transferência da cerimônia para a Rotunda do Capitólio, apenas alguns parlamentares desacompanhados de

seus cônjuges, a família Trump, alguns ministros, CEOs de empresas estratégicas e chefes de Estado mais próximos puderam participar", justificou-se o deputado em nota.

O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) publicou vídeo mostrando uma fila de apoiadores de Trump que tentavam entrar no local da posse. A deputada Bia Kicis (PL-DF) também postou foto na neve dizendo que por fora sentia frio, mas, por dentro, a alegria pela posse de Trump. Carla Zambelli (PL-SP) fez vídeo mostrando um carro sob a nevasca e comentando trechos do discurso de posse.

Também foram aos EUA os deputados Cabo Gilberto Silva (PL-PB), Capitão Alden (PL-BA), Coronel Fernanda (PL-MT), Dr. Fernando Máximo (União Brasil-RO), Giovanni Cherini (PL-RS), Gustavo Gayer (PL-GO), Marcos Pollon (PL-MS), Messias Donato (Republicanos-ES), Sargento Gonçalves (PL-RN), Sílvia Waiãpi (PL-AP), Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Maurício Marcon (Podemos-RS). (IM)

Leia mais nas páginas 9 e 12

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br



Negacionismo de Trump faz mal à saúde e prejudica o clima

O "meme" é mais antigo do que a internet. Surgiu de uma correlação entre a bagagem genética e a bagagem cultural, como um termo criado pelo neodarwiniano britânico Richard Dawkins, na década de 1970, em seu livro *O Gene Egoísta* (Companhia das Letras). Para ele, a evolução humana não depende apenas de nossa bagagem genética (nossos genes), mas, também, de uma bagagem cultural, uma memória comportamental, que ele batizou como "meme", palavra derivada de "mime-me" (imitação, no grego).

Segundo Dawkins, um meme poderia ser qualquer ideia, comportamento ou tendência que tem a capacidade de passar de pessoa para pessoa por meio da imitação ou da nossa herança cultural. Com o passar dos anos, o termo ganhou outros significados, tendo se popularizado na internet como qualquer imagem, vídeo, bordão, hashtag ou áudio que sofre modificações e "viraliza" (mais uma comparação com a biologia), prática que mudou de escala com a inteligência artificial (IA).

Segundo Dawkins, "o meme" é o equivalente cultural de um gene. Então, qualquer coisa que passa do cérebro para o cérebro, como um sotaque, ou uma palavra básica, ou uma melodia. É tudo o que se espalha-se pela população de uma forma cultural, como uma epidemia. Então, uma loucura em uma escola, uma moda de roupas, uma maneira particular de falar, todas essas coisas são "memes".

Por ironia, Dawkins utiliza os "memes" da internet nas suas redes sociais para combater fake news e o negacionismo. "Se você baseia a medicina na ciência, você cura as pessoas. Se basearmos o design dos aviões na ciência, eles voam... A ciência funciona", disse certa vez, no Planetário Hayden, em Manhattan, do Museu Americano de História Natural, hoje gerenciado pelo astrofísico Neil de Grasse Tyson.

O gesto de Elon Musk que repetiu uma saudação nazista na posse de Donald Trump, mesmo que não tenha sido intencional, é um "meme". Sua origem pode estar na ancestralidade do magnata da tecnologia: os bóeres. São os descendentes de colonos calvinistas dos Países Baixos, da Alemanha e da Dinamarca, bem como de huguenotes franceses, que se estabeleceram nos séculos XVII e XVIII na África do Sul, após serem expulsos de Angola por Salvador de Sá, à frente de uma esquadra armada por senhores de escravos do Rio de Janeiro, após os holandeses serem expulsos do Nordeste.

OMS e Acordo de Paris

Insulados por mais de 250 anos, os bóeres desenvolveram uma língua própria, o africâner, derivado do holandês com influências limitadas do bantu, do xhosa, do malaio e do alemão. Hoje vivem principalmente na África do Sul e na Namíbia, mas, também, no Botswana.

O Partido Nacional (em africâner: Nasionale Party, NP) foi o grande partido ultraconservador bóer, dominado por ex-simpatizantes do Eixo, que governou a África do Sul de 1948 a 1994 e promoveu o nacionalismo africâner e o apartheid. Os Musk são originários desse caldeirão étnico.

O ultraconservadorismo de Musk tem raízes históricas e culturais. Não tem contradição com reacionarismo de Donald Trump, mas é paradoxal seu apoio ao negacionismo do presidente dos Estados Unidos em relação à ciência. Musk é um homem da física e da tecnologia avançadas. O negacionismo frequentemente se baseia em desinformação, teorias da conspiração ou interesses específicos que buscam manipular o entendimento público, em contradição com as evidências históricas e científicas. Talvez a razão seja a última.

No dia da posse, Trump anunciou a saída do país da Organização Mundial da Saúde (OMS), a agência das Nações Unidas, como já havia feito em junho de 2020, em plena pandemia, indiferente à sua importância para o controle das grandes ameaças à saúde pública — por exemplo: as epidemias já conhecidas ou as que estão por vir. Os EUA colaboravam com cerca de US\$ 550 milhões (cerca de R\$ 3,3 bilhões) anuais para a OMS, cerca de 18% do seu orçamento.

Também pela segunda vez, Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris, que junta quase todos os países do mundo. Assinado durante a COP 21, a 21ª cúpula do clima da ONU na França, o Acordo de Paris tem como principal objetivo manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para limitá-lo a 1,5°C.

No entanto, em 2022, a temperatura média global subiu 1,6°C, evidenciando a urgência de ações climáticas. Os EUA, a maior economia mundial, são o segundo maior emissor de gases de efeito estufa, atrás da China, que manteve suas metas de transição energética. Sua decisão enfraquece a COP 30, que se realizará em Belém, em novembro deste ano.